



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ**  
*Gabinete da Defensora Pública Geral*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 75/2020**

**ESTABELECE MEDIDAS TEMPORÁRIAS  
DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO  
CORONAVÍRUS (COVID-19)**

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das suas atribuições legais, que lhe confere o art. 8º, inciso XIII, art. 97-A, incisos II, III e VI, todos da Lei Complementar Federal de nº 80/1994, art. 148-A, I e II da Constituição do Estado do Ceará;

**CONSIDERANDO** que o COVID-19, doença infecciosa que vem atingindo a população mundial de forma simultânea, não se limita a locais que já foram identificados como de transmissão interna ou comunitária;

**CONSIDERANDO** o princípio da continuidade do serviço público que, no caso da Defensoria Pública, implica na oferta de orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados;

**CONSIDERANDO** a necessidade de mitigar a possibilidade contágio da população, das defensoras e defensores públicos, servidoras e servidores, colaboradoras e colaboradores, estagiárias e estagiários;

**CONSIDERANDO** que a adoção de hábitos de higiene básicos aliada com a ampliação de rotinas de limpeza em áreas de circulação, bem como a adoção de comportamentos de contenção social tem potencial para a redução significativa da propagação do contágio;

**CONSIDERANDO** a situação de emergência de saúde pública de importância internacional declarada pela Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, Decreto Estadual nº 33.510 de 16 de março de 2020 que versa sobre a situação de emergência no Estado do Ceará, os quais estabeleceram precauções no enfrentamento ao COVID-19;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Instituir regime especial de trabalho, no âmbito das Defensoria Pública do Estado do Ceará, dada a situação de emergência, para evitar aglomerações e diminuir a transmissão do COVID-19, com priorização do regime de urgência e as situações de risco de perecimento de direito, durante 15 dias, prorrogáveis.

**§ 1º.** Para fins de aplicação do caput deste artigo, as situações do regime de urgência serão definidas pela CDC/CDI conforme planos de ação emergencial analisados com os Supervisores de cada Núcleo de atuação defensorial.

**§ 2º.** É considerado risco de perecimento de direito:

- I – demandas cujos prazos prespcionais se encerrarem durante o período de regime especial de trabalho; e
- II – casos de citação e intimação para cumprimento de prazos judiciais.



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ**  
*Gabinete da Defensora Pública Geral*

**§ 3º.** Ficam suspensas, pelo prazo mencionado no caput, as reuniões de conciliação e de mediação empreendidas no âmbito da Defensoria Pública deste Estado, salvo situações de urgência ou de risco de perecimento do direito.

**§ 4º.** Para resguardar os agendamentos presenciais marcados durante o período de restrição elencado no caput, ficam as supervisões ou, quando inexistentes estas, os (as) Defensores(as) dos núcleos que efetivaram os agendamento, responsáveis por informar aos assistidos por telefone, e-mail, whatsapp ou qualquer outro meio de comunicação, a situação de emergência e o regime especial de trabalho dado o COVID-19.

**Art. 2º.** Durante o regime especial de trabalho, sempre que possível, deverão ser promovidos atendimentos jurídicos ao público via telefone, e-mail e aplicativos de mensagens, evitando-se o contato pessoal e a concentração de pessoas.

**Art. 3º.** Os supervisores deverão zelar pelo aumento da frequência de limpeza, e o Setor de Patrimônio deve providenciar a aquisição e distribuição dos instrumentos de limpeza, bem como de dispensadores de álcool gel para disposição nas áreas de circulação.

**Art. 4º.** O art. 1º da Instrução Normativa nº 74/2020 passa a vigorar com a seguinte modificação:

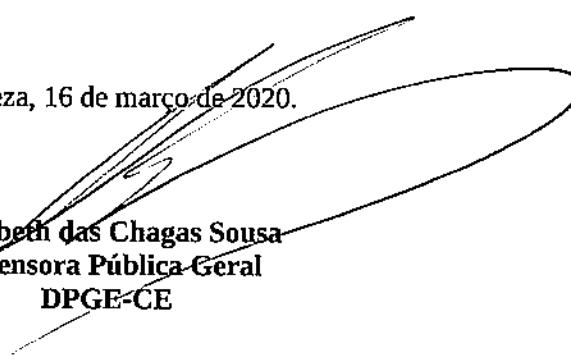
(...)

V – gestantes e lactantes;

**Art. 5.** Os casos omissos serão resolvidos pela Defensora Pública Geral do Estado do Ceará.

**Art. 6º.** Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir do dia 17 de março de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 16 de março de 2020.

  
Elizabeth das Chagas Sousa  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

  
ASIJUR  
Documento Analisado